Publicado na Folha de S.Paulo em 30/07/2022.

Equimac S.A.

CNPJ nº 34.844.289/0001-47

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, da Equimac S.A. **A Administração**

Balanços Patrimoniais Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em milhares de Reais - R$)*

Ativo	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020 (Não auditado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.552	1.331
Contas a receber de clientes	4	7.009	2.326
Impostos a recuperar	5	1.092	7
Outros ativos	6	653	43
		12.306	**3.707**
Não circulante			
Tributos diferidos	14	40	224
Outros ativos	6	667	-
Imobilizado	7	29.725	11.365
		30.432	**11.589**
Total do ativo		**42.738**	**15.296**

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020 (Não auditado)
Circulante			
Fornecedores	8	1.481	179
Obrigações trabalhistas	9	818	173
Tributos a recolher	10	455	250
Empréstimos e financiamentos	11	4.254	-
Arrendamento a pagar	12	379	-
		7.387	**602**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	16.035	-
Arrendamento a pagar	12	663	-
		16.698	**-**
Patrimônio líquido			
Capital social	15.a	19.010	15.409
Capital a integralizar	15.a	(280)	(280)
Prejuízos acumulados		(77)	(435)
		18.653	**14.694**
Total do passivo e patrimônio líquido		**42.738**	**15.296**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R$)

	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020 (Não auditado)
Receita operacional líquida	16	**18.419**	**2.308**
Custo das locações e serviços prestados	17	(14.124)	(2.386)
Lucro (prejuízo) bruto		4.295	(78)
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	18.a	(2.924)	(573)
Outras despesas operacionais		(40)	(3)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		**1.331**	**(654)**
Resultado financeiro	19	(789)	(5)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		**542**	**(659)**
Imposto de renda e contribuição social	14	(184)	224
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**358**	**(435)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R$)

	31/12/2021	31/12/2020 (Não auditado)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	358	(435)
Resultado abrangente total	**358**	**(435)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações da Mutação do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R$)

	Nota Explicativa	Capital social	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)		1	-	-	1
Subscrição de capital	15.b	15.408	(6.183)	-	9.225
Integralização de capital	15.b	-	5.903	-	5.903
Prejuízo do exercício		-	-	(435)	(435)
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Não auditado)		15.409	(280)	(435)	14.694
Subscrição de capital	15.b	3.601	(1.801)	-	1.800
Integralização de capital	15.b	-	1.801	-	1.801
Lucro líquido do exercício		-	-	358	358
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**19.010**	**(280)**	**(77)**	**18.653**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R$)

	Nota Explicativa	31/12/202021	31/12/202020 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		358	(435)
Itens que não afetam o caixa:			
Provisões custos		208	72
Provisão encargos financeiros	11.b	909	-
Provisão tributos indiretos		221	-
Tributos diferidos	14	184	938
Depreciação	7	2.438	902
Amortização custo de captação	11.b	(24)	-
Integralização de capital por meio imobilizado	7	-	(12.206)
Aumento nos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes	4	(4.683)	(2.326)
Impostos a recuperar	5	(1.085)	(20)
Outros ativos	6	(1.278)	(969)
Aumento nos passivos operacionais			
Fornecedores	8	1.094	108
Obrigações trabalhistas	9	646	173
Tributos a recolher	10	(15)	27
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**(1.027)**	**(13.736)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativos imobilizados	7	(20.798)	(62)
Arrendamentos a pagar	12	1.041	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(19.757)**	**(62)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captações	11.b	21.271	-
Amortização principal	11.b	(1.128)	-
Encargos pagos	11.b	(739)	-
Integralização de capital	15.b	3.601	15.128
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**23.005**	**15.128**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		**2.221**	**1.330**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	1.331	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	3.552	1.331
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		**2.221**	**1.330**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A EQUIMAC S.A. ("Companhia") é uma Sociedade Anônima de capital fechado constituída em 22 de agosto de 2019, em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil. A sede social da Companhia está localizada Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 20º andar, parte, Sala Arcos, CEP 04538-132, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia tem por objetivo a locação de máquinas, equipamentos e ferramentas industriais para construções e manutenções em geral, comércio atacadista e varejista de máquinas, equipamentos e ferramentas industriais, prestação se serviços relacionados a manutenção de equipamentos, gestão de máquinas, equipamentos e ferramentas industriais, operação de máquinas e equipamentos próprios e de terceiros, exploração de outras atividades correlatas e afins, além da participação no capital de outras sociedades nacionais e internacionais constituídas sob qualquer forma societária e qualquer que seja o objeto social.

2. Resumo das principais práticas contábeis: 2.a) Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor de recuperação, exceto quando de outra forma indicado. Quando o IFRS e CPCs permitem a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração, o critério do custo de aquisição foi utilizado. A preparação dessas demonstrações financeiras requer da Administração o uso de certas estimativas contábeis, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados na data do balanço dos ativos, passivos, receitas e despesas poderão divergir dos resultados reais futuros. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes e são revisadas pela Administração da Companhia. As políticas contábeis e estimativas críticas, quando aplicável e relevantes, estão incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes com o exercício anterior apresentado. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R$). Dependendo do pronunciamento técnico aplicável, o critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações financeiras considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor de recuperação. Quando um determinado CPC permite a opção entre o custo de aquisição e outro critério de mensuração, o critério do custo de aquisição foi utilizado. Conforme facultado pela Resolução CFC no 1.162/09, a Companhia decidiu não apresentar a demonstração do valor adicionado. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 26 de Julho de 2022. **2.b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os registros contábeis incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico de sua atuação ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação da Companhia. **2.c) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. **2.d) Contas a receber de clientes:** As contas a receber são reconhecidas pelo preço da transação, desde que não contenham componentes de financiamento, e posteriormente mensuradas ao custo amortizado. Quando aplicável, é ajustada ao valor presente incluindo os respectivos impostos e despesas acessórias, sendo os créditos de clientes em moeda estrangeira atualizados pela taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são constituídas em montante considerado suficiente para suportar eventuais perdas quando aplicável. A Companhia mensura anualmente as perdas de crédito esperadas para o instrumento, onde considera todos os eventos de perdas possíveis ao longo da vida dos seus recebíveis, utilizando uma matriz de taxa de perda por faixa de vencimento adotada pela Companhia, desde o momento inicial (reconhecimento) do ativo. Este modelo considera o histórico dos clientes, índice de inadimplência, situação financeira e a posição de seus assessores jurídicos para estimar as perdas de crédito esperadas. **2.e) Imobilizado:** Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens, conforme Nota Explicativa nº 7 (a). A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição, baixando o valor contábil da parte que está substituindo, se for provável que os futuros benefícios econômicos nele incorporados reverterão para a Companhia, e se o custo do ativo puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são lançados à conta "Despesa" quando incorridos. Havendo partes de um ativo do imobilizado com vidas úteis diferentes, tais partes são contabilizadas separadamente como itens do imobilizado. Os ganhos e as perdas de alienação, quando ocorrem, são determinados pela comparação do valor de venda deduzido do valor residual e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais". **2.f) Arrendamento mercantil:** Na celebração de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O arrendamento é caracterizado por um aluguel ou transmissão de direito de uso por tempo determinado em troca de pagamentos mensais. O ativo arrendado deve ser claramente especificado. A Companhia determina no reconhecimento inicial, o prazo do arrendamento ou prazo não cancelável, que será utilizado na mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento. O prazo do arrendamento será reavaliado pela Companhia quando ocorrer um evento significativo ou alteração significativa nas circunstâncias que estejam no controle do arrendatário e afete o prazo não cancelável. A Companhia adota isenção de reconhecimento, conforme previsto na norma, para o arrendatário de contratos com prazos inferiores a 12 (doze) meses, ou cujo ativo subjacente objeto do contrato for de baixo valor. Na data de início, a Companhia reconhece o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento pelo valor presente. O ativo de direito de uso deve ser mensurado ao custo. O custo inclui o passivo de arrendamento, custos iniciais, pagamentos adiantados, custos estimados para desmontar, remover ou restaurar. Já o passivo de arrendamento é mensurado na data de início pela Companhia ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que são efetuados nessa data. Os pagamentos são descontados a taxa de juros implícita no arrendamento, ou caso a taxa não possa ser determinada, será utiliza taxa incremental sobre o empréstimo da Companhia. Para os contratos que a Companhia determina a taxa de negócio, entende-se que essa taxa é a taxa implícita em termos nominais e a qual é aplicada no desconto do fluxo de pagamentos futuros. Nos contratos sem definição de taxa, a Companhia aplicou a taxa incremental de empréstimo, obtendo a mesma através de consultas em bancos onde tem relacionamento, ajustadas a inflação prevista para os próximos anos. Para a mensuração subsequente, é utilizado o método de custo ao ativo de direito de uso e aplicado, na depreciação, os requisitos do CPC 27 - Ativo Imobilizado. No entanto, para efeito de depreciação, a Companhia determina a utilização do método linear com base na vida útil remanescente dos bens ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor. Também será aplicado o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a fim de determinar se o ativo de direito de uso apresenta problemas de redução ao valor recuperável e contabilizar qualquer perda por redução ao valor recuperável identificada. **2.g) "*Impairment*" de ativos não financeiros:** Os ativos imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa). Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para análise de uma possível reversão do "impairment" na data dos balanços. **2.h) Participação nos lucros e bônus:** O pagamento aos empregados relativo a lucros e remuneração variável dos executivos está vinculado ao alcance de metas operacionais e financeiras. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa substancialmente alocados ao custo dos serviços prestados e, quando aplicável, as despesas gerais e administrativas, quando atingidas essas metas. **2.i) Provisões:** São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação nas datas dos balanços, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.j) Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, quando incorridos, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. **2.k) Distribuição de dividendos:** Segundo a interpretação técnica ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Distribuição de Dividendos, os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo no período a eles relacionado, independentemente de quando são declarados, e os dividendos excedentes são destinados em linha especial na demonstração das mutações do patrimônio líquido. **2.l) Reconhecimento de receita:** A Companhia reconhece suas as receitas assim que todas as condições abaixo forem satisfeitas: • Identificação do contrato de locação e prestação de serviços; • Identificação das obrigações de desempenho; • Determinação do valor do contrato; • Apurações do valor alocado a cada uma das obrigações de desempenho incluídas no contrato; e • Reconhecimento de receita ao longo do tempo ou no momento em que as obrigações de desempenho são concluídas. A receita operacional da Companhia é gerada através do aluguel de máquinas e equipamentos para elevação e movimentação de cargas, e no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação que a entidade espera receber em troca da entrega do bem ou serviço prometido ao cliente. O reconhecimento da receita se dá quando ou à medida que a entidade satisfizer uma obrigação de performance ao transferir o bem ou serviço ao cliente, sendo que por obrigação de performance entende-se como uma promessa executória em um contrato com um cliente para a transferência de um bem/serviço ou uma série de bens ou serviços. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **2.m) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os recursos financeiros investidos, as quais são reconhecidas no resultado pelo método da taxa de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem o ajuste a valor presente do passivo de arrendamento, o qual é reconhecido no resultado pelo método da taxa de desconto correspondente à cada contrato de arrendamento. **2.n) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, nas datas dos balanços. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na apuração de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado. Os tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os tributos diferidos são mensurados aplicando-se às alíquotas que se espera sejam aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis editadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido nas datas dos balanços. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação serão gerados e contra os quais serão utilizados. Anualmente é realizada uma revisão para verificar a existência de que lucros futuros tributáveis serão gerados e é reconhecida uma provisão para perda quando a realização desses créditos não for provável. **2.o) Lucro por ação:** O lucro por ação básico é calculado por meio do lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações em circulação no respectivo período. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, consequentemente, o lucro por ação diluído é igual ao lucro por ação básica. **2.p) Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: ativos mensurados ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa do ativo financeiro. • **Reconhecimento e Mensuração:** A Companhia classifica no reconhecimento inicial seus ativos financeiros em três categorias; i) ativos mensurados ao custo de amortização, ii) valor justo por meio do resultado, iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes. • **Custo de amortização:** Os ativos mensurados ao custo de amortização devem ser mensurado se ambas as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxo de caixa contratuais e ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificas, ao fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, a Companhia deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* diretamente no resultado. • **Desreconhecimento:** Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Se a empresa detiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro. **(ii) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: passivos financeiros ao custo amortizado, valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial. • **Passivos financeiros ao custo amortizado:** A Companhia deverá classificar todos os seus passivos financeiros como custo amortizado exceto passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado, derivativos passivos contrato de garantia. Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: passivos de arrendamentos, créditos com partes relacionadas e fornecedores. • **Desreconhecimento de passivos financeiros:** Os passivos financeiros são baixados apenas quando ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **2.q) Efeitos da Covid-19:** A Companhia segue orientando seus colaboradores e reforçando todas as medidas de prevenção e protocolos de higiene recomendados pelas autoridades competentes. Desde o início da pandemia, a Companhia não sofreu impactos significativos em sua operação. Também não ocorreram impactos no fornecimento de suprimentos que acarretassem a interrupção das atividades operacionais. A Companhia segue avaliando eventuais efeitos que tenham relação com a continuidade dos negócios e suas estimativas contábeis. **2.r) Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e CPC novas e revisadas:** Durante o exercício de 2021 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e IASB a revisão das normas listadas abaixo, já vigentes no exercício de 2021. Tais pronunciamentos contábeis se tornaram efetivos a partir de 1º de janeiro de 2021, e foram adotados pela Companhia, sem impactos significativos nos resultados e posição financeira da Companhia. • CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos; • CPC 11/IFRS 4 - Contratos de Seguro; • CPC 25/IFRS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; • CPC 27/IAS 16 - Ativo Imobilizado; • CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; • CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Companhia, e não houve impactos em suas demonstrações financeiras quanto a sua aplicação. Adicionalmente, o IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023 com a convergência dos pronunciamentos pelo CPC, sendo: • CPC 26 (R1)/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; • CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; • CPC 50/IFRS 17 - Contratos de seguros. A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa	2	14
Bancos	3.542	1.317
Cartões pré-pagos	8	-
	3.552	**1.331**

4. Contas a receber de clientes

	2021	2020
CSN Mineração S/A (nota 20)	2.754	2.326
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços (nota 20)	23	-
Companhia Siderúrgica Nacional (nota 20)	4.232	-
	7.009	**2.326**
Vencimento em até 30 dias	7.009	2.326

Considerando que a totalidade do contas a receber da Companhia é constituído por créditos originados em operações com partes relacionadas, a Administração não identificou a necessidade de constituição da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD.

5. Impostos a Recuperar

	2021	2020
PIS	172	1
COFINS	791	5
Outros tributos	129	1
	1.092	**7**

O saldo dos tributos a recuperar mantidos no curto prazo estão previstos para serem compensados nos próximos 12 meses, assim com base em análises e projeção orçamentária aprovada pela Administração, não há previsão de riscos de não realização desses créditos tributários, desde que tais projeções orçamentárias se concretizem.

6. Outros ativos

	2021	2020
Adiantamento a fornecedores[1]	1.236	20
Despesas antecipadas - seguros	84	23
	1.320	43
Circulante	653	43
Não circulante	667	-
	1.320	43

[1] Do valor total de R$ 1.236, R$ 1.140 refere-se a adiantamento concedido ao fornecedor FGC Locações Ltda. para *retrofitting* de equipamentos cedidos em operações de arrendamento mercantil. De acordo com o contrato, o adiantamento sofre amortizações mensais mediante compensação dos montantes a pagar decorrentes do passivo de arrendamento.

7. Imobilizado

	Caminhões	Guindastes	Guindastes (Munck)	Guindautos	Equiptos. Informática	Móv. Utens. Instal.	Equiptos. Máq. Instal. Ind.	Acessórios Rodoviários	Direito de Uso (Guindastes)	Total
Saldo em 31/12/2019	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aportes de capital	-	8.188	-	4.018	-	-	-	-	-	12.206
Aquisições	-	-	-	-	47	15	-	-	-	62
Depreciação acumulada	-	(301)	-	(599)	(3)	-	-	-	-	(903)
Saldo em 31/12/2020	-	**7.887**	-	**3.419**	**44**	**15**	-	-	-	**11.365**
Aquisições	15.061	-	4.512	-	38	29	20	3	1.135	20.798
Depreciação	(309)	(640)	(52)	(1.328)	(11)	(3)	-	-	(95)	(2.438)
Saldo em 31/12/2021	**14.752**	**7.247**	**4.460**	**2.091**	**71**	**41**	**20**	**3**	**1.040**	**29.725**

Os ativos imobilizados são revisados para a verificação de *"impairment"* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Administração não identificou eventos ou ocorrências que justificassem a necessidade da realização de *"impairment"* nos grupos de ativos imobilizados da Companhia.

(a) Taxas médias anuais de depreciação praticadas por grupo de ativo imobilizado.

Item	Taxa Anual Média de Depreciação 2021	2020
Caminhões	10%	-
Guindastes	8%	8%
Guindastes (Munck)	5%	-
Guindautos	33%	33%
Equiptos. Informática	17%	16%
Móv. Utens. Instal.	10%	10%
Equiptos. Máq. Instal. Ind.	10%	-
Acessórios Rodoviários	10%	-
Direito de Uso (Guindastes)	33%	-

As taxas anuais de depreciação foram definidas com base no trabalho *"Estudo de Vidas Úteis para Máquinas e Equipamentos"* publicado pelo Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia de São Paulo - IBAPE/SP. As taxas de depreciação dos ativos de direito de uso seguem os prazos estabelecidos nos respectivos contratos de arrendamento.

8. Fornecedores

	2021	2020
Partes relacionadas (nota 20)	230	-
Terceiros	1.251	179
	1.481	**179**

9. Obrigações trabalhistas

	2021	2020
Salários a pagar	258	59
Contribuição assistencial, sindical e confederativa	2	-
INSS a recolher	121	42
IRRF folha de pagamento	42	13
FGTS a pagar	53	11
Pensão alimentícia a pagar	1	-
Provisão de férias e encargos	341	48
	818	**173**

10. Tributos a recolher

	2021	2020
ICMS	1	1
ISSQN retido PJ	8	-
IRRF retido PJ	3	6
CSRF retido PJ	-	20
IRRF retido PJ	1	-
Provisões de tributos indiretos	442	223
	455	**250**

11. Empréstimos e financiamentos

	2021	2020
Empréstimos partes relacionadas (*nota 20*)	20.738	-
Custo de captação a amortizar	(449)	-
	20.289	-
Circulante	4.254	-
Não circulante	16.035	-
	20.289	-

a) Termos e cronograma de amortização da dívida

	Moeda	Taxa de juros nominal a.a.	Ano de vencimento 2022	2023	2024	2025	2026	2021 Valor contábil
Empréstimos partes relacionadas (nota 20)	R$	CDI + 4% a.a.	4.254	4.254	4.254	4.254	3.273	20.289
Circulante								4.254
Não circulante								16.035
								20.289

b) Captações e amortizações dos empréstimos

	2021	2020
Captações	21.271	-
Amortização principal	(1.128)	-
Amortização custo de captação	(24)	-
Encargos apropriados	909	-
Encargos pagos	(739)	-
	20.289	-

12. Arrendamentos a pagar

	2021	2020
Arrendamentos	1.301	-
AVP - Arrendamentos	(259)	-
	1.042	-
Circulante	379	-
Não circulante	663	-

A Companhia possui contratos de arrendamentos para equipamentos operacionais, com prazo de 3 anos. O valor presente das obrigações futuras foi mensurado utilizando a taxa implícita observada nos contratos e para os contratos que não dispunham de taxa, a Companhia aplicou a taxa incremental de empréstimos - IBR, ambas em termos nominais. A taxa média incremental utilizada na mensuração do passivo de arrendamento e direito de uso nos contratos celebrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de 12% a.a.

a) Termos e cronograma de amortização do passivo de arrendamento

	Moeda	2022	2023	2024	Valor contábil
Passivos de arrendamento	R$	473	473	355	1.301
AVP - arrendamentos	R$	(94)	(94)	(71)	(259)
		379	**379**	**284**	**1.042**

b) Pagamentos de arrendamentos não reconhecidos como passivo: A Companhia optou por não reconhecer os passivos de arrendamento em contratos com prazo inferior a 12 meses. Os pagamentos realizados para estes contratos são reconhecidos como custos quando incorridos. Os custos relativos aos pagamentos não incluídos na mensuração do passivo de arrendamento são:

	2021	2020
Contratos inferiores a 12 meses	1.432	80
	1.432	**80**

13. Instrumentos financeiros: a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros: A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores e partes relacionadas. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos, tais como operações de "*swap*" cambial e "*swap*" de juros. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. • **Classificação de instrumentos financeiros:** A Companhia avaliou e classificou seus instrumentos financeiros na categoria de custo amortizado, conforme demonstrado no quadro abaixo.

	Nota	Mensurados pelo Custo amortizado 31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	3	3.552	1.331
Contas a receber (partes relacionadas)	4 e 20	7.009	2.326
Total do ativo		**10.561**	**3.657**
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros	8	1.251	179
Fornecedores - partes relacionadas	8 e 20	230	-
Operações de mútuo CSN	11 e 20	4.254	-
Passivo de arrendamento	12	379	-
Não circulante			
Operações de mútuo CSN	11 e 20	16.035	-
Passivo de arrendamento	12	663	-
Total do passivo		**22.812**	**107**

b) Gestão de riscos financeiros: A Companhia segue política de gerenciamento de risco de seu acionista controlador CSN. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito das contrapartes. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A política de riscos da Companhia proíbe negociações especulativas e venda a descoberto. • **Risco de mercado:** A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem, principalmente, a possibilidade de flutuações na taxa de juros. • **Risco de taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou redução nas receitas financeiras sobre as aplicações financeiras. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "*hedge*" /"*swap*"; porém, monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. • **Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito ao qual está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis contribui para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a Administração não espera nenhuma perda adicional decorrente de inadimplência dessas contrapartes que não tenha sido coberta pela provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída pela Companhia. No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política operar com instituições financeiras com boas avaliações de "*rating*" pelas agências especializadas nesse tipo de análise. • **Risco de câmbio:** O resultado das operações da Companhia não é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio, e os custos dos seus instrumentos financeiros são denominados em Reais (R$). Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não existiam instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira. • **Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria de sua controladora, CSN. A seguir estão apresentados os vencimentos contratuais de passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2021:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2021:				
Fornecedores - terceiros	1.251	-	-	**1.251**
Fornecedores - partes relacionadas	230	-	-	**230**
Operações de mútuo CSN	4.254	8.508	7.527	**20.289**
Passivos de arrendamento	379	663	-	**1.042**
Total	**6.114**	**9.171**	**7.527**	**22.812**

14. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social foram calculados com base nos lucros tributáveis apurados de acordo com a legislação vigente. A alíquota do imposto de renda é de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que exceder R$240. A contribuição social é calculada sobre o lucro tributável à alíquota de 9%. A reconciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CSLL	**542**	**(659)**
Alíquota combinada	34%	34%
IR/CSLL pela alíquota fiscal combinada	**(184)**	**224**
IR/CSLL no resultado do exercício	**(184)**	**224**
Alíquota efetiva	**34%**	**34%**

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são como seguem:

	2020	Reconhecimento no resultado	2021
Diferido Ativo			
Prejuízos fiscais Imposto de Renda	673	282	955
Bases negativas da Contribuição Social	242	101	343
Diferenças temporárias			
Provisões custos	24	71	95
Exclusão de receitas	(715)	(638)	(1.353)
Total ativo	**224**	**(184)**	**40**

A estimativa de realização dos tributos diferidos (IRPJ e CSLL) é apresentada a seguir:

Ano	R$
2022	40
Ativo diferido líquido	**40**

A Administração avaliou os preceitos do IFRIC 23/ICPC 22 - Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, e considera que não há razões para que as autoridades fiscais divirjam dos posicionamentos fiscais adotados pela Companhia. Desta forma, não foram reconhecidas quaisquer provisões adicionais de imposto de renda e contribuição social em decorrência da avaliação de aplicação do IFRIC 23/ICPC 22 nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

15. Patrimônio líquido: O capital social da Companhia, no exercício findo em 31/12/202021, totalmente subscrito e parcialmente realizado, é de R$ 19.010 dividido em 2.790 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

(a) Composição do Capital Social

Acionistas	Capital social em R$	Ações ordinárias	Participação %
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional	9.505	1.395	50%
Unidas Guindastes Ltda	9.505	1.395	50%
Capital a integralizar	(280)	-	-
	18.730	**2.790**	**100%**

No exercício 2021 ocorreu subscrição de capital, seguida da respectiva integralização em dinheiro, do montante de R$ 3.601, na proporção de 50% para cada acionista. Não obstante os reiterados aportes de capital verificados nos exercícios 2020 e 2021, os acionistas CSN - Companhia Siderúrgica Nacional e Unidas Guindastes Ltda. sempre mantiveram participações societárias idênticas, ou seja 50% (cinquenta por cento) cada.

(b) Demonstrativo de subscrições e aportes de capital

	2021	2020
Subscrição de capital com integralização parcial em 26/06/2020	-	12.486
(-) Capital a integralizar	-	(3.261)
Subscrição de capital em 23/07/2020	-	2.922
(-) Capital a integralizar	-	(2.922)
Integralização de capital em 27/07/2020	-	1.461
Integralização de capital em 28/07/2020	-	1.461
Integralização de capital em 20/09/2020	-	2.981
Subscrição de capital com integralização parcial em 08/06/2021	3.601	-
(-) Capital a integralizar	(1.801)	-
Integralização de capital em 05/08/2021	1.801	-
	3.601	**15.128**

(c) Lucro (prejuízo) por ação

	2021	2020
Lucro (prejuízo) do exercício	358	(435)
Média ponderada das ações no exercício	2.605	1.598
Lucro (prejuízo) por lote de mil ações	**137**	**(272)**

16. Receita operacional líquida

	2021	2020
Receita bruta		
Partes Relacionadas *(nota 20)*	20.329	2.326
Terceiros	126	226
Total	**20.455**	**2.552**
Tributos indiretos		
PIS/COFINS/ISS	(2.036)	(244)
Receita operacional líquida	**18.419**	**2.308**

17. Custo das locações e serviços prestados

	2021	2020
Gastos com pessoal	(6.840)	(1.136)
Gastos com manutenção	(1.863)	(166)
Depreciação	(2.424)	(899)
Gastos com locações *(nota 12.b)*	(1.432)	(80)
Gastos com combustíveis	(969)	(13)
Prêmio de seguros	(318)	(32)
Outros gastos	(278)	(60)
	(14.124)	**(2.386)**

18. Despesas operacionais:

(a) Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Serviços terceirizados [1]	(2.347)	(450)
Bens de pequeno valor	(291)	(5)
Assessorias técnicas	(74)	(64)
Outras despesas	(212)	(54)
	(2.924)	**(573)**

[1] A Companhia mantém contrato com um Centro de Serviços Compartilhados - CSC, o qual é responsável pelo desenvolvimento das atividades nas áreas de finanças, recursos humanos, tecnologia da informação, suprimentos, logística e contabilidade. Dado a natureza dos serviços contratados, os gastos foram classificados como despesas administrativas.

19. Resultado financeiro

	2021	2020
Despesas financeiras		
Encargos financeiros mútuo CSN *(notas 11.b e 20)*	(739)	-
Juros passivo de arrendamento *(nota 12)*	(24)	-
Amortização custo de captação CSN *(notas 11.b e 20)*	(24)	-
Outras despesas financeiras	(6)	(5)
Receitas Financeiras		
Juros e descontos obtidos	4	-
	(789)	**(5)**

20. Saldo e transações entre partes relacionadas

	2021	2020
Ativo		
Circulante		
Contas a receber		
CSN Mineração S/A *(nota 3)*	2.754	2.326
Companhia Siderúrgica Nacional *(nota 3)*	4.232	-
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura *(nota 3)*	23	-
Total	**7.009**	**2.326**
Passivo		
Circulante		
Fornecedores		
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura *(nota 8)*	230	-
Total	**230**	**-**
Empréstimos e financiamentos		
Companhia Siderúrgica Nacional *(nota 11)*	4.254	-
Total	**4.254**	**-**
Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos		
Companhia Siderúrgica Nacional *(nota 11)*	16.035	-
Total	**16.035**	**-**
Resultado		
Locações e serviços		
CSN Mineração S/A *(nota 16)*	15.017	2.326
Companhia Siderúrgica Nacional *(nota 16)*	5.163	-
CBSI Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura *(nota 16)*	149	-
Compras		
Companhia Siderúrgica Nacional	(31)	-
CBSI	(267)	-
Despesas financeiras		
Companhia Siderúrgica Nacional encargos pagos *(notas 11.b e 19)*	(739)	-
Companhia Siderúrgica Nacional amortização custo de captação *(notas 11.b e 19)*	(24)	-
	19.268	**2.326**

Detalhamento das operações: CSN Mineração S.A. e Companhia Siderúrgica Nacional: A Companhia mantém contratos de locações de equipamentos operacionais com operadores. Eventualmente adquire da Companhia Siderúrgica Nacional aço para consumo próprio em pequenas reformas de ativos imobilizados. Com a CBSI - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura, de forma eventual, aluga máquinas e equipamentos com operadores. Também, de forma eventual, contrata mão-de obra especializada da CBSI para realização de reformas em suas estruturas operacionais. Todas as transações ocorrem em condições normais, a preço de mercado, respeitando o *compliance* interno e regras de governança de cada parte relacionada.

21. Pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros eleitos em Assembleia Geral Ordinária e os diretores estatutários. A remuneração dos administradores é composta por honorários fixos, participações nos resultados e benefícios. Não houve remunerações pagas ao pessoal-chave da Administração no biênio 2021/2020.

22. Seguros: A Companhia dispõe de seguros para todos os equipamentos integrantes da sua frota, cuja cobertura abrange riscos contra incêndio, colisão e furto/roubo, assegurado pelo valor de mercado. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Marcelo Cunha Ribeiro - Diretor Administrativo-Financeiro
José Cássio Tavares - Diretor de Operações

Daniel Parizi - Contador - CRC 1SP 253416/O3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Equimac S.A.** - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Equimac S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Equimac S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Transações com partes relacionadas:** Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nºs 1 e 20 às demonstrações financeiras, que descrevem que as prestações de serviços da Companhia estão substancialmente concentradas na sua controladora em conjunto Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e suas subsidiárias. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros Assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo:** As demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outros auditores independentes. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 26 de julho de 2022.

Fernando Camanzano Martinez - CT CRC 1SP-328.247/O-3
Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda. - CRC 2SP-034.766/O-0

Assinado por EMPRESA FOLHA DA MANHA S A:60579703000148 em 29/07/2022 18:12:46 com o número de série 61853EF56F3FC8EF.

ITI Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

http://publicidadelegal.folha.uol.com.br/documento/4037

ICP Brasil